



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades da **SGBH Expansão Participações Ltda.** ("SGBH-E" ou "Sociedade") em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício durante o exercício de 2013, para divulgar o desempenho para a sociedade parceiros, investidores e consumidores.

1) Estrutura Societária

A SGBH-E é uma subsidiária da State Grid Holding Brasil, esta que é uma subsidiária da State Grid Corporation of China (SGCC). A SGBH-E procura espelhar-se nas boas práticas de administração, qualidade de serviço e cultura de trabalho da SGCC, além de buscar a dedicação e inovação, visando o desenvolvimento sustentável do setor de energia elétrica brasileiro e a inserção na sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento do país. A SGBH-E é uma sociedade limitada que foi constituída em 21/06/2010 e está estabelecida no Rio de Janeiro. Em 15/12/2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"). Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito em moeda corrente nacional da Sociedade é de R\$ 621.050.000, dividido em 621.050.000 quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada uma. A composição do capital

social subscrito da Sociedade é como se segue:

	Quotas
State Grid Brazil Holding S.A	99%
International Grid Holdings Limited	1%

2) Agradecimentos
 Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.173.214	34.866.335
Dividendos a receber	8	28.062.693	35.915.685
Impostos a recuperar		790.219	118
		68.026.126	70.782.138
Ativo não circulante			
Investimentos	6	618.901.624	626.754.615
		618.901.624	626.754.615
Total do ativo		686.927.750	697.536.753

	Nota	2013	2012
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		50.201	20.927
Impostos e contribuições sociais		821.364	169.571
Dividendos propostos	7	13.748.858	34.564.824
		14.620.423	34.755.322
Patrimônio líquido	7		
Capital social		621.000.000	621.000.000
Reserva legal		10.063.206	7.168.708
Reserva de lucros		41.244.121	34.612.723
		672.307.327	662.781.431
Total do passivo e do patrimônio líquido		686.927.750	697.536.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	Nota	2013	2012
Despesas operacionais		(193.029)	(150.285)
Gerais e administrativas		(193.029)	(150.285)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(193.029)	(150.285)
Resultado financeiro	9	2.830.215	1.541.437
Receitas financeiras		2.865.594	1.595.802
Despesas financeiras		(35.379)	(54.365)
Resultado da equivalência patrimonial	6	56.125.387	71.831.370
Lucro antes dos impostos		58.762.573	73.222.523
Imposto de renda e contribuição social	10	(872.643)	(454.473)
Lucro líquido do exercício		57.889.930	72.768.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	57.889.930	72.768.050
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	57.889.930	72.768.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	2013	2012
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	58.762.573	73.222.523
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com fluxo de caixa		
Resultado de equivalência patrimonial	(56.125.387)	(71.831.370)
	2.637.186	1.391.153
(Aumento) diminuição nas contas de ativo		
Outros ativos	-	(21.622)
Impostos a recuperar	(790.102)	15.787
(Aumento) diminuição nas contas de passivo		
Fornecedores	29.275	20.927
Impostos e contribuições sociais	651.793	154.552
IR e CS pagos	(872.643)	(454.472)
Outros passivos	-	(11.016)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	1.655.509	1.095.309
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos	71.831.370	65.755.000
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	71.831.370	65.755.000
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(69.180.000)	(40.000.000)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(69.180.000)	(40.000.000)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	4.306.879	26.850.309
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	34.866.335	8.016.026
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	39.173.214	34.866.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	621.050.000	(50.000)	3.530.306	6.537.902	664.578.205
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	72.768.050
Constituição de reserva legal	-	-	3.638.403	-	(3.638.403)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(34.564.824)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	621.050.000	(50.000)	7.168.709	6.537.902	662.781.431
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.889.930
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(28.074.820)
Constituição de reserva legal	-	-	2.894.497	-	(2.894.497)
Destinação de lucros acumulados para a reserva de lucro	-	-	-	41.246.575	(41.246.575)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(13.748.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	621.050.000	(50.000)	10.063.206	41.244.121	672.307.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em reais)

1. Informações gerais

A SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E" ou "Sociedade"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, foi constituída em 21 de junho de 2010 tendo como principal objetivo a participação societária em outras sociedades.

Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"), por um valor total aproximado de R\$618.918.000. A Sociedade não possui títulos de patrimônio ou dívida negociadas em mercados de capitais.

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), e subsidiária do Grupo State Grid (Grupo), localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC E IASB.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e algumas reclassificações foram apresentadas para melhor apresentação. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2014.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda nacional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2. Base para consolidação

A Sociedade possui participação de 100% na ETEE e detém o controle das atividades dessa Companhia, porém a Sociedade está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, visto que atende a todos os requisitos do item 4(a) do CPC 36(R3) Demonstrações Consolidadas:

- a) a controladora é ela própria uma controlada integral de outra Sociedade, a qual, em conjunto com os demais acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- b) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente
- c) a Sociedade não possui arquivamento e processo de arquivamento em andamento de suas demonstrações financeiras junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e
- d) a controladora final, a SGBH, disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissórias, contas a receber - ativo financeiro indenizável. O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados como recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação por revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.3. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Investimentos em controladas

O investimento da Sociedade em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as práticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Sociedade. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Sociedade em sua coligada. A Sociedade determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados



em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Informações por segmento

A Sociedade não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2013

A Sociedade avaliou as novas normas com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013 (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo), o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e verificou que não houve impacto nas demonstrações financeiras resultantes dessas normas.

4.2 Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão apresentados a seguir. A Sociedade pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Sociedade, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Sociedade quantificará os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que a entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Sociedade não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não espera que essas revisões tenha impactos em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não possui derivativos, contudo, essa revisão será aplicada novamente a fim de identificar se houve a contratação de derivativos para a Sociedade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Bancos	8.032	5.374
Aplicações financeiras	39.165.182	34.860.961
	<u>39.173.214</u>	<u>34.866.335</u>

A Sociedade estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento multipatrocinaados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Sociedade em um montante conhecido de caixa e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Investimentos

Em 15 de dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu o controle acionário da ETEE por um valor total de R\$618.918.000. A ETEE é uma Companhia privada, de capital fechado que tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

a) Informações financeiras sobre a controlada - ETEE

	%					
	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
2013	100	522.749.744	291.777.557	230.972.187	130.457.495	56.125.387
2012	100	529.690.278	290.865.100	238.825.178	136.273.821	71.831.370

b) Movimentação dos investimentos

	Em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Dividendos	Em 31/12/2013
ETEE	626.754.615	56.125.387	(63.978.378)	618.901.624

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$621.000.000, dividido em 621.000.000 de quotas com valor de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	2013 e 2012
State Grid Brazil Holding S.A.	99%
International Grid Holdings Limited	1%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Considerando que o Contrato Social da Sociedade é omissivo em relação aos dividendos a serem distribuídos, a Administração efetuou o cálculo dos dividendos propostos para o exercício em 25% tendo como base o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Lucro líquido do exercício	2013	2012
Reserva legal (5%)	57.889.930	(2.894.496)
Base de cálculo para os dividendos	54.995.434	54.995.434
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>13.748.859</u>	<u>13.748.859</u>

Em 02 de setembro de 2013, a Administração pagou o montante de R\$ 34.615.176 de dividendos intermediários referente à reserva de lucros.

8. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 na Sociedade decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2013	2012
Ativo		
Dividendos a receber (i)	28.062.693	35.915.685
	<u>28.062.693</u>	<u>35.915.685</u>
Passivo		
Fornecedores (ii)	7.709	7.384
Dividendos propostos (nota explicativa 7)	13.748.858	34.564.824
	<u>13.756.567</u>	<u>34.572.208</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado		
Despesa aluguel (ii)	89.912	28.553
	<u>89.912</u>	<u>28.553</u>

(i) Dividendos a receber da controlada ETEE

(ii) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

9. Resultado Financeiro

	2013	2012
Receita financeira	2.865.594	1.595.802
Renda de aplicação financeira	2.865.564	1.593.827
Variações monetárias	-	1.526
Outras	30	449

Despesa financeira	(35.379)	(54.365)
Outras	(35.379)	(54.365)
	<u>2.830.215</u>	<u>1.541.437</u>

10. Imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	58.762.573	73.222.523
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	17.749.686	24.895.658
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(16.877.043)	24.423.185
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(872.643)	(454.473)

Medida Provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

11. Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2013 e 2012, a Sociedade e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

11.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	5		39.173.214	34.866.335
Dividendos a receber	8		28.062.693	35.915.685
	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2013	2012
Fornecedores			50.201	20.927
Dividendos propostos	7		13.748.858	34.564.824

11.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Sociedade, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador e empréstimos e financiamentos. A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

12. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Sociedade monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

13. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais e por responsabilidade civil.

14. Eventos subsequentes

No dia 6 de fevereiro de 2014 houve a constituição de nova subsidiária do Grupo, a Luneng Brasil Sports Center Ltda.. O objeto social dessa empresa compreende o engajamento em atividades esportivas, especialmente na área de futebol e tênis de mesa. A SGBH possui 39.999.999 quotas e a SGBH-E possui 1 quota. Cada quota com o valor de R\$ 1. O capital será integralizado em moeda corrente nacional em até 1 ano.

Em 26 de fevereiro de 2014 foi integralizado o valor de R\$ 31.180.000, restando o saldo de R\$ 8.820.000 a integralizar.

HONGXIAN CAI Diretor Presidente	SHIRONG LU Vice-Presidente	ALDREA GIORGIA WERNECK Contadora - CRC RJ-110226/O-6
---	--------------------------------------	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **SGBH Expansão Participações Ltda.**
 Rio de Janeiro - RJ
 Examinamos as demonstrações financeiras da **SGBH Expansão Participações Ltda.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demons-

trações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações finance-

iras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SGBH Expansão Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
 CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ
Gláucio Dutra da Silva
 Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4
Beatriz Gonçalves de Moraes
 Contador CRC - 1RJ 091.370/O-0